



EDUCAÇÃO POPULAR E SAÚDE DOS TRABALHADORES(AS) EM TEMPOS DE PANDEMIA:

tecendo redes de colaboração e solidariedade no interior do RN

Kamilla Maria Sousa de Castro¹
Milena Beatriz dos Santos Silva²
Jamile Gleice de Pontes Bezerra³
Dimitri Taurino Guedes⁴

RESUMO

Este artigo relata a experiência da construção de uma rede de apoio aos trabalhadores(as) informais e pequenos produtores rurais, no interior do RN, durante a pandemia do COVID-19. Parte da perspectiva teórica da educação popular, delineando caminhos cuja intencionalidade é fortalecer a economia local. Assim, problematizando a realidade, são construídas estratégias conjuntas de soluções para manutenção da saúde e luta pela dignidade. Na primeira etapa, o mapeamento dos serviços foi implantado com parcerias estabelecidas (instituições e associações de trabalhadores). Na segunda etapa, foram elaborados materiais de divulgação e de educação em saúde (podcasts, mídias para Instagram e a revista eletrônica), divulgados em blogs, linhas de transmissão, rede social do projeto e rádio comunitária. Essa ação tem contribuído para o fortalecimento da economia local e a construção de uma rede colaborativa.

Palavras-chave: Saúde do trabalhador; Educação em saúde; Saúde coletiva.

POPULAR EDUCATION AND HEALTH OF

¹ Doutoranda em Psicologia da Saúde (UMESP). Docente - UFRN/FACISA. Fisioterapeuta/HUAB-UFRN.

² Técnica em Informática - IFRN. Graduada em Enfermagem - UFRN/FACISA. Mestranda em Saúde Coletiva - PPGSACOL - UFRN/FACISA.

³ Acadêmica do Curso de Graduação em Fisioterapia - UFRN/FACISA

⁴ Doutor em Ciências da Saúde (UFRN). Docente - UFRN/FACISA.

WORKERS IN PANDEMIC TIMES: weaving networks of collaboration and solidarity in RN

ABSTRACT

This article reports the experience of building a support network for informal workers and small rural producers, in the interior of RN, during the COVID-19 pandemic. It starts from the theoretical perspective of popular education, outlining paths whose intention is to strengthen the local economy. Thus, problematizing the reality, joint strategies of solutions are constructed for the maintenance of health and the struggle for dignity. In the first stage, the mapping of services was implemented with established partnerships (institutions and workers' associations). In the second stage, publicity and health education materials (podcasts, media for Instagram and the electronic magazine) were developed, published on blogs, transmission lines, the project's social network and community radio. This action has contributed to strengthening the local economy and building a collaborative network.

Keywords: Occupational health; Health Education; Public Health.

EDUCACIÓN POPULAR Y SALUD DE LOS TRABAJADORES EN TIEMPOS PANDÉMICOS: tejer las redes de colaboración y solidaridad en RN

RESUMEN

Este artículo informa sobre la experiencia de construir una red de apoyo para trabajadores informales y pequeños productores rurales, en el interior de RN, durante la pandemia de COVID-19. Comienza desde la perspectiva teórica de la educación popular, delineando caminos cuya intención es fortalecer la economía local. Así, problematizando la realidad, se construyen estrategias conjuntas de soluciones para el mantenimiento de la salud y la lucha por la dignidad. En la primera etapa, el mapeo de servicios se implementó con asociaciones establecidas (instituciones y asociaciones de trabajadores). En la segunda etapa, se desarrollaron materiales de publicidad y educación en salud (podcasts, medios para Instagram y la revista electrónica), publicados en blogs, líneas de transmisión, la red social del proyecto y la radio comunitaria. Esta acción ha contribuido a fortalecer la economía local y construir una red de colaboración.

Palabras clave: Salud Laboral; Educación en Salud; Salud Pública.

1. INTRODUÇÃO

A informalidade no trabalho é tema de debates que envolvem sua concepção teórica em diversos estudos apontados por Costa (2010), Nourodine (2011), Corseuil, Reis e Brito (2015) e Lima e Costa (2016), bem como seu impacto na sociedade e na saúde das pessoas que trabalham sob essa condição (IRIART et al, 2008; ARAÚJO; LOMBARDI, 2013). Independentemente dos tensionamentos e da premissa de mais pesquisas, esse estudo assume o conceito de informalidade ligado às atividades que se desenvolvem à margem da regulamentação e proteção do Estado

(KALLEBERG, 2009), ou seja, as pessoas que trabalham para outros ou para si, sem carteira de trabalho assinada ou sem pessoa jurídica constituída, ou ainda que auxiliam familiares. Essas pessoas representam parcela considerável da população, de acordo com o IBGE (2019), mas apesar de sua contribuição substancial para economia, constituem grupo exposto à precarização e vulnerabilidade.

Essa realidade, associada ao atual cenário da pandemia do COVID-19, tem exposto esse grupo populacional a uma situação de riscos ainda maiores, uma vez que sua condição de trabalho não possibilita o amparo necessário para exercer o direito de entrar na configuração de um isolamento social remunerado ou teletrabalho. A Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020 (BRASIL, 2020) criada para estabelecer um auxílio emergencial para o cenário atual, ainda não é realidade para muitos trabalhadores informais brasileiros e, além disso, consiste de valor que, além de abaixo do salário mínimo, ainda não representa os ganhos desses trabalhadores quando plenamente em atividade. Acrescenta-se a isso a redução na circulação de pessoas em determinados espaços comerciais, o que tem afetado a economia negativamente e, conseqüentemente, os seus rendimentos. Partindo do cenário exposto, apoiado nas perspectivas teóricas da saúde do trabalhador e da educação popular, é que esse relato de experiência se constitui, fruto do projeto de extensão “Saúde do trabalhador em tempos de COVID-19: Educação Popular e Rede colaborativa para Economia Local”.

A saúde do trabalhador é um campo da saúde coletiva que, inspirado pela experiência operária italiana, e ancorado teoricamente na medicina social e na saúde pública, constituiu-se no bojo da Reforma Sanitária Brasileira, como campo interdisciplinar, interprofissional e intersetorial. Apresenta, dentre seus pressupostos, a valorização e a incorporação do saber operário no centro dos debates e lutas pela saúde no cotidiano do trabalho, unindo-se ao saber técnico-científico (GOMEZ; VASCONCELLOS; MACHADO, 2018). Sua importância e dimensão em nível nacional se dá a partir de sua definição inscrita na Lei Orgânica da Saúde, conforme BRASIL (1990), muito embora o que esteja consignado nessa e em outras leis e portarias de que tratam o tema, seja negligenciado de maneira sistemática por gestores nas mais diversas esferas de atuação.

A Educação Popular (EP) compreende-se como perspectiva teórica orientada para a prática educativa e o trabalho social emancipatório, apresentando contributos intencionalmente direcionados à autonomia das pessoas, à formação da consciência crítica e à cidadania participativa (BRASIL/CNEPS, 2011; CALADO, 2008, p. 230-231). A EP obteve maior destaque a partir do princípio inspirado no trabalho de Paulo Freire, na década de 60, quando passou a incorporar em suas práticas e reflexões a categoria “organização”. Nessa perspectiva, desde seu início se apresenta como proposta contra hegemônica à educação tradicional, a partir do reconhecimento, valorização e incorporação do saber do educando nos cenários da sala de aula. A partir desse período, a mesma passou a dividir-se entre: formal, integrando-se aos processos mais institucionais (do Estado) diluídas em políticas públicas; e não-formal, apresentando maior consistência nas diversas experiências de pequena proporção, de caráter mais social (GADOTTI, 2000). Elementos próprios da EP foram preconizados nesta experiência relatada, quais sejam:

- O empoderamento dos sujeitos envolvidos no processo, definido por Guareschi (2010, p. 147,) como “sentido de ativar a potencialidade criativa de alguém, como também de desenvolver e potencializar a capacidade criativa das pessoas” sendo este um ato social e político, tendo em vista que para Freire, o ser humano é relacional, feito de relações, e assim torna-se social e político;
- A autonomia, definida por Machado (2010, p. 53, grifo nosso) com a finalidade de “libertar o ser sujeito do determinismo neoliberal”, reconhecendo que a história é estabelecida por processos de decisão, humanização, limites e possibilidades que, com o tempo, vão sendo construídas. Este processo vai sendo

composto a partir de várias etapas e decisões tomadas, em que o sujeito toma decisões para, então, ter a tal autonomia. Não há um caminho inverso, ou seja, ser autônomo e depois tomar decisões;

- A Humanização, que para Freire, é uma marca da natureza humana. Zitkoski (2010) apresenta alguns elementos característicos do ser humanizado, referido por Paulo Freire como o ser mais, conceituando como: busca pelo conhecimento de si e do mundo; luta para ir além de suas próprias conquistas; superação das situações limites.

A análise da gênese e dos princípios, tanto da saúde do trabalhador como da educação popular, possibilita identificar que, apesar da distinção de algumas palavras e interpretações, há forte convergência de intenções e de esperanças, conforme se constata no relato de Vasconcellos, Almeida e Guedes (2009):

O movimento de alfabetização de adultos com base nas palavras do mundo, mote inaugural da pedagogia freiriana, e o movimento de 'alfabetização' dos operários, com base nas palavras do mundo do trabalho - os riscos à saúde da primeira ronda -, são gemelares em intenções, significados, ideologia, esperança.

Visando compreender esses aspectos, a relação com a idealização dessa ação e suas reflexões à sociedade, o relato busca preencher as lacunas existentes no contexto de saúde e econômico atual das pessoas que se encontram na informalidade, a partir da relação com as demandas da comunidade frente aos problemas enfrentados e externados, informalmente. Nessa perspectiva, essa práxis é compreendida como, citado por Calado (2008):

Processo formativo, protagonizado pela classe trabalhadora e seus aliados, continuamente alimentado pela utopia, em permanente construção de uma sociedade economicamente justa, socialmente solidária, politicamente igualitária, culturalmente diversa, dentro de um processo coerentemente marcado por práticas, procedimentos, dinâmicas, posturas correspondentes ao mesmo horizonte. (p. 230-231)

Nesse contexto, a extensão universitária é percebida como um caminho de criação e recriação de conhecimentos e possibilidades de transformações sociais, conforme Melo Neto (2014) ressalta, mas sobretudo de compreensão do mundo e sua realidade. Assim, justifica-se que as aprendizagens vivenciadas precisam ser significativas, agregando um sentido social aos participantes inseridos nesse processo (trabalhadores, parceiros, idealizadores, colaboradores e sociedade), vislumbrando a transformação social a partir da intencionalidade de criar possibilidades e contribuir com a sustentabilidade do trabalhador, sejam comerciantes informais ou pequenos produtores rurais do município, podendo ser expandida para outras regiões do país, com características e necessidades semelhantes. É nesse cenário de inquietações e compromisso social, na proposta de colaboração, criatividade e dinamismo ao processo de trabalho local, pautados pela educação popular, que este relato se consolida.

2. OBJETIVOS

Este relato de experiência tem como objetivo principal descrever a vivência, desde a idealização do projeto até seus construtos para a criação de uma rede colaborativa e solidária no enfrentamento dos desafios na economia local, frente a pandemia do COVID-19, bem como apresentar contributos capazes de auxiliar a saúde dos trabalhadores informais e pequenos produtores rurais de um município no interior do Rio Grande do Norte.

Para tanto, buscou-se: identificar os pequenos comerciantes e produtores rurais locais; construir estratégias para minimizar os impactos econômicos, sociais e à saúde destes trabalhadores; e prevenir exposição aos riscos da COVID-19.

3. METODOLOGIA

O presente relato de experiência se configura a partir de reflexões do projeto de extensão “Saúde do Trabalhador em Tempos de COVID-19: Educação Popular e Rede Colaborativa para Economia Local”, que utilizou a Saúde do Trabalhador e a Educação Popular direcionada pelos pressupostos teóricos Freirianos como eixos teórico-metodológicos nos construtos de suas ações.

Em virtude da pandemia do COVID-19, as atividades foram desenvolvidas a distância, por meio de recursos tecnológicos de comunicação em diversas plataformas disponíveis de forma gratuita. Essas ferramentas foram utilizadas para contatar parceiros(as), trabalhadores(as), assim como para a realização de “encontros” entre os membros da ação.

Nesse sentido, as rodas de conversa; os processos de construção com os parceiros; e a “ida” à comunidade foram mediadas por telefonemas ou em salas virtuais. Seguidamente, a ação foi desenvolvida nas seguintes etapas: estabelecimento de parcerias para andamento da ação; mapeamento de trabalhadores(as) informais e pequenos(as) produtores(as) do município; e produção de material educativo e divulgação dos produtos e serviços prestados por essas pessoas.

O estabelecimento das parcerias se deu por meio do contato de instituições públicas (Sebrae e Emater), associações de trabalhadores da saúde e pequenos produtores rurais (Associação de Agentes Comunitários do Município e Associação de Horteiras) e meios de comunicação (Rádios comerciais e comunitárias, bem como blogs). As instituições públicas e as associações foram responsáveis pelo mapeamento dos trabalhadores(as) e o levantamento das demandas junto com os demais membros da ação. O mapeamento se deu por meio do levantamento eletrônico dos dados pessoais dos trabalhadores; ramo no qual atuam, meios de contato, produtos e serviços que comercializam e a concordância em receber material educativo e informações sobre o andamento do projeto.

Na medida em que os dados foram coletados pelos diferentes parceiros, eles foram enviados para os membros da ação, que iniciaram a produção de material (in) formativo. Os dados levantados possibilitaram produzir uma variedade de materiais para a ação, como podcasts, infográficos e uma revista eletrônica, utilizando websites ou aplicativos para esta produção. Nesses materiais, têm-se abordado temas referentes aos cuidados que os(as) trabalhadores(as) devem ter durante o período da pandemia, além de informações para divulgação de seu trabalho, haja vista a impossibilidade deles(as) se manterem em quarentena sob pena de não conseguirem recursos básicos para seu sustento.

A divulgação tem ocorrido por meio de parcerias estabelecidas com rádios e blogs do município, além da criação de uma rede social da ação (<https://www.instagram.com/recolaborativa2020/>) e de redes de transmissão por aplicativos de mensagens.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ação conseguiu mapear 06 trabalhadores informais (vendas exclusivamente online ou na residência), 76 pequenos comerciantes (estrutura física de pequeno porte) e 04 pequenos produtores rurais do municí-

pio até o momento. A maior parte desse mapeamento se deu por meio do rastreamento das instituições públicas (Sebrae e Emater). Uma parte menor foi obtida por meio de alguns Agentes Comunitários de Saúde (5,8%) e a Associação de Horteiras do Município, que ainda não retornou os dados do mapeamento.

Em diálogo com os parceiros institucionais e associações, foi constatado que tanto o Sebrae quanto a Emater já tinham um cadastro prévio decorrente de ações anteriores, dando agilidade ao processo e facilitando a entrega de material. Quanto aos Agentes Comunitários, o presidente da associação relatou dificuldades na mobilização dos seus pares, o que resultou na baixa taxa de resposta até o momento. No caso das horteiras, o presidente da Associação assume função legislativa na cidade e relatou dificuldade de enviar os dados, em função da demanda parlamentar diante do atual cenário.

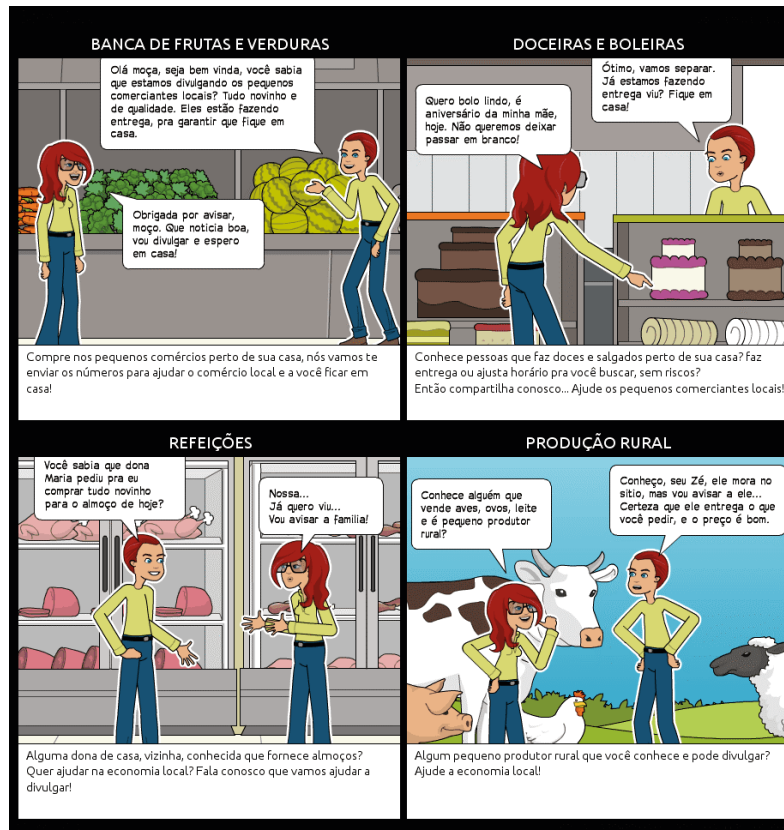
Após as primeiras divulgações, sobretudo na rádio comunitária, outros comerciantes fizeram contato diretamente com a rede colaborativa, solicitando cadastramento, e as associações envolvidas procuraram a equipe, demonstrando o interesse em colaborar, embora ainda estejam processando os dados solicitados. Esse contexto reforça a importância estratégica das diversas mídias e, em especial, das rádios comunitárias, como meio para divulgação e construção de pautas em saúde no SUS, servindo como mediadora entre a comunidade, a gestão e os diversos segmentos da sociedade local (OLIVEIRA NETO e PINHEIRO, 2013).

Fica evidentemente claro que para que tais ações se concretizem, é premente a utilização de estratégias de mobilização da sociedade civil, coerentes com os objetivos e horizontes almejados, sobretudo, capazes de fomentar a conscientização e participação popular, criticamente, frente as suas realidades. Desse modo, Cruz (2013) e Melo Neto (2014) enfatizam que a extensão na perspectiva popular é um trabalho social, pois transpõe os “muros” institucionais e adquire uma dimensão exterior que alcança outros instrumentos organizativos da sociedade civil, englobando princípios da ciência, arte e tecnologia alicerçados nas prioridades da região a que se destina as ações.

Dos diálogos estabelecidos e material de cadastro encaminhado pelos parceiros e membros da comunidade, a ação produziu até o momento Podcasts educativos e de divulgação dos comerciantes, infográficos, histórias em quadrinho (Figura 1) e a primeira edição de uma revista eletrônica quinzenal denominada “Rede Colaborativa: solidariedade na Economia Local” (Figura 2). Das mídias procuradas, o grupo teve uma devolutiva da rádio comunitária do município, que iniciou a divulgação desses Podcasts, da Revista divulgada em redes sociais e de transmissão, já obtendo convites para entrevista de divulgação da ação.

A idealização inicial, adaptada ao atual cenário, tem possibilitado a colaboração entre os participantes e viabilizado oportunidades para desenvolver espaços de aprendizado solidário e colaborativo. O lócus de desenvolvimento das ações escolhido foi um município do interior do RN, cuja economia gira em torno do pequeno comércio e serviços, alimentados por recursos advindos de aposentadorias, dos proventos dos empregados nos serviços públicos e privados e da economia em torno do fundo de participação do município. Dentre os serviços públicos, há uma considerável concentração de instituições públicas de ensino médio e superior, que recebem estudantes e servidores das cidades vizinhas, que contribuem com o movimento da economia local. Com a suspensão das atividades de ensino, a redução no fluxo de pessoas limitou a economia e a divulgação.

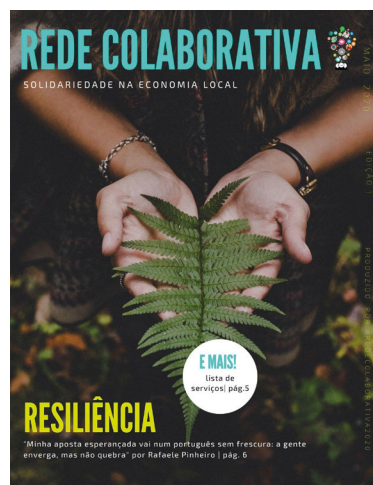
Figura 1 - Exemplo de história em quadrinho produzida pela equipe



Fonte: Autoria própria

Assim, conhecendo o público-alvo que se pretendia alcançar, afetados pelas medidas de isolamento social, não tendo a sua disposição recursos de mídia robustos para divulgar e promover seu comércio e serviços, foram surgindo ideais criativas para auxiliá-los. Utilizando linguagens acessíveis, por meio de mídias eletrônicas e da rádio, a equipe foi disseminando a importância do distanciamento social e da quarentena para aqueles que podem ficar em casa, além de mensagens sobre o autocuidado para os trabalhadores e trabalhadoras, e do cuidado ao próximo.

Figura 2 - Capa da 1ª edição da Revista Rede Colaborativa: solidariedade na economia local.



Fonte: Autoria própria.

Tomassino et. al. (2013) ressalta que a educação é concebida como popular quando é direcionada ao povo e está de acordo com seus interesses, quando é utilizada como método dialético que implica na observação da realidade e a partir dela para sua transformação. No entanto, a oportunidade de implementação do projeto se dá aproveitando as lacunas existentes e viabilizando o diálogo, que possibilita a construção de espaços, mobilizações e alternativas para compreender as situações vivenciadas, neste caso, pelos trabalhadores.

De acordo com Streck e Esteban (2013) todas as rupturas e atravessamentos de fronteiras pautados pela educação popular, embora não apague realidades da existência de dificuldades, conflitos ou vulnerabilidades sociais, geram movimentos para a construção de outros lugares e territórios. Nesse construto, destaca-se duas marcas da educação popular:

Por um lado, a resistência como a capacidade de colocar-se frente às dificuldades do cotidiano com uma atitude de esperança. O contrário da resistência seria a entrega a um destino dado previamente. Outra marca que acompanha a resistência é a criatividade para desenvolver estratégias que vão desde a sobrevivência até sofisticados processos de organização e de luta no campo cultural, social, político e econômico. (p. 361)

Nesse sentido, a rede em tecedura tem colaborado para a manutenção da economia na região, obtendo boa adesão da comunidade local e dos parceiros envolvidos. Importante frisar que a ação ainda se encontra em andamento e tem demonstrado potencial para expansão. O uso de mídias diversas, associadas ao humor e falas enraizadas aos traços culturais da população alcançada, tem sido fundamental para atingir à população na medida em que ela se enxerga nesse contexto: para acontecer, precisa ser uma experiência significativa, e isso foi o que moveu a equipe a criar essa rede colaborativa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência vivenciada pela equipe, e objeto deste relato, teve como objetivo Atecer uma rede de colaboração entre os trabalhadores informais, pequenos comércios e produtores rurais de um município do interior do RN, diante da pandemia do COVID-19, e esse objetivo tem sido alcançado na medida em que a ação vai atingindo a comunidade em geral. A priori pensada para ocorrer em nível municipal, a ação tem recebido convites para compartilhamentos de experiência em outras localidades do país, que por meios virtuais possibilitam fronteiras mais amplas, que extrapolam limites geográficos.

O processo de aprender fazendo no dia a dia, junto aos parceiros e trabalhadores, mesmo na condição de distanciamento físico, tem sido a base para retroalimentar as ações do projeto. A ideia a partir da realidade concreta e os moldes de sua execução, a partir do cotidiano, constituem fluxo próprio da educação popular e da saúde do trabalhador. É nesse caminho que a capacidade de reorientação das práticas é enxergada, ou melhor, apresenta dinamismo e intencionalidade, desde a formação em saúde ao papel social, potencializado por ações como essa. Sabe-se que um dos papéis da extensão universitária é contribuir para a resolutividade e mitigação dos problemas demandados pela sociedade.

As ações do projeto, face à pandemia do COVID-19 e a necessidade da manutenção do distanciamento social no país, imbuídos de um olhar crítico da realidade atual, apresentam, sobretudo, um olhar esperançoso de contribuir com a melhoria da condição de vida e de trabalho da população local, frente às situações de fragilidades econômicas atuais.

6. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; LOMBARDI, Maria Rosa. **Trabalho informal, gênero e raça no Brasil do início do século XXI**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 43, n. 149, p. 452-477, ago. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742013000200005>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742013000200005&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 09 maio 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.982**, de 2 de Abril de 2020. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. BRASIL, Brasília – DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L13982.htm. Acesso em: 09 maio 2020.

BRASIL. **Lei Nº 8.080 de 19 de Setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. BRASIL, Brasília – DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 09 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Educação Popular em Saúde**. Comitê Nacional de Educação Popular em Saúde - CNEPS. Brasília-DF, 2011. Disponível em: http://bvsm.sau.gov.br/bvs/sau/legis/gm/2013/prt2761_19_11_2013.html. Acesso em: 09 maio 2020.

CALADO, A.J.F. **Educação popular como processo humanizador: quais protagonistas?** In: LINS, L.T.; OLIVEIRA, V.L.B.de (Org). Educação popular e movimentos sociais: aspectos multidimensionais na construção do saber. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2008. p.225-242.

CORSEUIL, Carlos Henrique; REIS, Mauricio Cortez; BRITO, Alessandra Scallioni. **Critérios de classificação para ocupação informal: consequências para a caracterização do setor informal e para a análise de bem-estar no Brasil**. Estudos Econômicos (São Paulo), São Paulo, v. 45, n. 1, p. 5-31, mar. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-4161201545151cma>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612015000100005. Acesso em: 09 maio 2020.

COSTA, Márcia da Silva. **Trabalho informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira**. Caderno Crh, Salvador, v. 23, n. 58, p. 171-190, abr. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792010000100011>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-49792010000100011&lng=es&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 09 maio 2020.

CRUZ, Pedro Carneiro Cruz. **Educação Popular na Universidade: reflexões e vivências da Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP)**. 1 ed. São Paulo: Hucitec; João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2013.

GADOTTI, Moacyr. **Perspectivas atuais da educação**. Rev. São Paulo em Perspectiva. v.14. n.2. São Paulo - SP, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392000000200002>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000200002. Acesso em: 09 maio 2020.

GUARESCHI, P. **Empoderamento**. In: STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. Dicionário Paulo Freire. 2ed, rev. amp. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

GOMEZ, Carlos Minayo; VASCONCELLOS, Luiz Carlos Fadel de; MACHADO, Jorge Mesquita Huet. **Saúde do trabalhador: aspectos históricos, avan-**

ços e desafios no sistema único de saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 1963-1970, jun. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.04922018>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232018000601963&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 09 maio 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores IBGE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Quarto Trimestre de 2019**. Brasil. 2019. 53p. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2019_4tri.pdf. Acesso em: 09 maio 2020.

IRIART, Jorge Alberto Bernstein et al. **Representações do trabalho informal e dos riscos à saúde entre trabalhadoras domésticas e trabalhadores da construção civil**. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 165-174, fev. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232008000100021>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232008000100021&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 09 maio 2020.

KALLEBERG, Arne L.. **O crescimento do trabalho precário: um desafio global**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 24, n. 69, p. 21-30, fev. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092009000100002>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092009000100002#back. Acesso em: 09 maio 2020.

LIMA, Thales Batista de; COSTA, Márcia da Silva. **Trabalho informal: uma revisão sistemática da literatura brasileira na área de administração entre 2004 e 2013**. *Cadernos Ebape.br*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 310-324, jun. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395135137>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1679-39512016000200310&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 09 maio 2020.

MACHADO, R. C. F. **Autonomia**. In: STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. *Dicionário Paulo Freire*. 2ed, rev. amp. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

MELO NETO, José Francisco de. *Extensão Popular*. 2ed. João Pessoa: UFPB, 2014.

NOUROUDINE, Abdallah. **Como conhecer o trabalho quando o trabalho não é mais o trabalho?** *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 69-83, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462011000400004>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462011000400004. Acesso em: 09 maio 2020.

OLIVEIRA NETO, Alfredo de; PINHEIRO, Roseni. **O que a saúde tem a ver com rádio comunitária?** uma análise de uma experiência em nova friburgo - rj. : uma análise de uma experiência em Nova Friburgo - RJ. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 527-536, fev. 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232013000200024>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013000200024&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 09 maio 2020.

STRECK, Danilo R. ESTEBAN, Maria Teresa. **Educação Popular: lugar de construção social coletiva**. Petrópolis, RJ: Vozes: 2013.

TOMASSINO, Humberto et al. **Extensión Crítica: los aportes de Paulo Freire**. In: CRUZ, Pedro Carneiro Cruz. *Educação Popular na Universidade: reflexões e vivências da Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP)*. 1 ed. São Paulo: Hucitec; João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2013, p. 216-237.

VASCONCELLOS, Luiz Carlos Fadel de; ALMEIDA, Carmen Verônica Barbosa de;

GUEDES, Dimitri Taurino. **Vigilância em saúde do trabalhador:** passos para uma pedagogia. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 445-462, nov. 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-77462009000300004>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-77462009000300004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 09 maio 2020.

ZITKOSKI, J. J. **Humanização/desumanização.** In: STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. Dicionário Paulo Freire. 2ed, rev. amp.1 reimp. Belo Horizonte: Autênciã, 2010.